

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 1.825, de 1991

(Apenso os Projetos de Lei nº 1.875, de 1991, e nº 3.597, de 2000)

Altera dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado CELSO RUSSOMANNO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.825, de 1991, oriundo do Senado Federal, propõe a alteração de dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

O projeto em relato propõe alteração de três dispositivos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, relativos às infrações penais dispostas naquela lei. A primeira é a alteração do art. 70, transformando a pena privativa de liberdade em pena pecuniária indenizatória. A segunda modifica a redação do inciso I do art. 76, suprimindo-se a expressão “*em época de grave crise econômica*” do texto daquele dispositivo. A terceira propõe a supressão do inciso II, do art. 78, que possibilita a imposição de pena de “*publicação em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação*”.

Apenso, o Projeto de Lei nº 1.875, de 1991, do Deputado Jackson Pereira, propõe a revogação do art. 71 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que constitui infração penal e atribui pena ao fornecedor que

“utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer”.

Também apenso, o Projeto de Lei nº 3.597, de 2000, do Deputado Ronaldo Vasconcelos, acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 1990, na parte referente às infrações penais, com intuito de propor aplicação de pena de detenção de seis meses a dois anos e multa para os fornecedores que utilizarem, em produtos ofertados ao consumidor, materiais alterados, impróprios para o consumo ou com prazo de validade vencido.

Esgotado o prazo regimental, o projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, a análise da questão no que tange à defesa do consumidor e às relações de consumo.

II - VOTO DO RELATOR

Iniciamos nosso voto lembrando que o motivo principal da existência do Código de Proteção e Defesa do Consumidor é a reconhecida fragilidade deste mesmo consumidor em face do outro sujeito da relação de consumo: o fornecedor.

O motivo desta fragilidade tem raízes históricas, econômicas e sociais. O moderno e atual Direito do Consumidor é decorrente das transformações sócio-econômicas, que iniciaram com o liberalismo político, e depois econômico, no século XIX, resultando ainda no voluntarismo, o qual, expressando a autonomia da vontade, requisitava do Direito, apenas as regras gerais para os contratos realizados, considerando-se as partes como iguais e a vontade como baliza suficiente para formar a justa contratação. Esta concepção de contrato vigorou por muito tempo, até que foi percebida a necessidade de tratamento diferenciado pelo Direito, daqueles que se encontravam numa posição fragilizada nas negociações em geral, tornando viciada em essência a idéia da autonomia da vontade.

A ampliação da produção e a conseqüente massificação do consumo, processos iniciados com a revolução industrial e que evoluíram

exponencialmente até os dias de hoje, introduziram uma nova realidade: a sociedade de consumo. O novo mercado que se formou, tendo o consumo como protagonista, logo demonstrou de modo claro a fragilidade do consumidor na nova relação que se estabelecia. Diante desta vulnerabilidade clara, e ainda presente, foi elaborado o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

No aspecto penal, o CDC não pode ser considerado uma lei inovadora, pois, por ocasião de sua elaboração, foi grande a pressão no sentido de amenizar as penas e sua dosimetria. A nova lei trouxe disposições que determinam aplicação de penas para determinados tipos de infração. No entanto, o CDC não conseguiu suprimir, de todo, os privilégios sempre concedidos às classes dominantes em nosso País. Assim as infrações penais dispostas no CDC não são absurdas, nem mesmo muito pesadas, quando se considera a possibilidade do crime praticado e sua abrangência.

É verdade que o CDC é uma lei que “pegou”. Porém, também é verdade que ainda há muito desrespeito aos direitos do consumidor consagrados no Código. Não obstante a existência de regras repressivas claras, alguns setores produtivos ainda teimam em infringir as normas de proteção do consumidor por uma triste sensação de impunidade, que infelizmente ainda reina em nosso País. Agora imaginemos: se mesmo existindo norma repressora positivada, ainda ocorre infração à lei, o que ocorreria se estas normas repressoras não existissem ou se fossem transformadas em penas simbólicas, qual seria esse efeito? Nenhum. A norma repressora serve ao menos para ameaçar o infrator com uma pena, que é cominada a um crime previsto.

A restrição dos avanços conquistados pelo consumidor na Lei nº 8.078/90, especialmente na questão relativa às infrações penais, remeteria a matéria a uma situação de quase impunidade, porquanto as penas, estabelecidas no CDC, são, em muitos casos, inferiores àquelas prescritas pelo próprio Código Penal e foram fixadas de modo brando e flexível, justamente para permitir maior liberdade ao Poder Judiciário na aplicação da lei.

O Projeto de Lei nº 1.875, de 1991, é um claro absurdo, pois pretende a revogação do art. 71 da Lei 8.078, de 1990. A nosso ver, não há necessidade de maiores comentários para explicar a falta de sentido dessa proposta, cabendo-nos, neste ponto, apenas reproduzirmos o texto do dispositivo para que seja exposta sua importância e a necessidade de permanecer no texto da lei. Vejamos:

“Art. 71. Utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer:

Pena: Detenção de três meses a um ano e multa.”

Como dissemos, parece-nos bastante óbvia a importância de um dispositivo que reprima o fornecedor, quanto à força da pressão que venha a exercer contra o consumidor por ocasião da cobrança de dívidas. Não podemos esquecer que já existe previsão de multa, juros moratórios, SPC, Serasa, entre outros instrumentos, para o fornecedor obrigar o pagamento das obrigações contraídas pelo consumidor.

A proposta do Projeto de Lei nº 3.597, de 2000, apesar de incluir mais um dispositivo no rol das infrações penais dispostas no CDC, não acreditamos ser necessária, pois o que dispõe já se encontra previsto nos outros dispositivos em vigor.

Diante do exposto, o mais sensato a fazer, em nome da proteção e defesa dos direitos do consumidor, é votar pela rejeição dos Projetos de Lei nº 1.825, de 1991, n.º 1.875, de 1991, e nº 3.597, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado **Celso Russomanno**
Relator